

**SIG/MP n. 06.2019.00001330-3**

**TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, **JOÃO PAULO BIANCHI BEAL**, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitibaanos, no exercício de suas funções como Curador da Moralidade Administrativa; e **SIDNEI LUNELLE DE CAMPOS**, brasileiro, divorciado, Agente Penitenciário, inscrito sob o CPF n. 023.439.898-90, RG n. 3.582.063, nascido em 1º/9/1976, natural de São Cristóvão do Sul/SC, filho de Acácio Gomes de Campos e Clara Lunelle de Campos, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, representado pelo Advogado **DR. FÁBIO BROCARDO**, OAB/SC n. 23.402;

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, nos artigos 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), das quais se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, em cujo contexto se insere a defesa do patrimônio público e dos princípios constitucionais da Administração (CF, art. 37);

**CONSIDERANDO** que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 13.964 de 24 de dezembro de 2019, dentre outros pontos, alterou a redação do art. 17, §1º, da Lei n. 8.429/92, positivando o acordo de não persecução cível: "Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar. § 1º As ações de que trata este artigo admitem a celebração de **Acordo de Não Persecução Cível**, nos termos desta Lei.";

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 2º do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina permitem o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

**CONSIDERANDO** que a Lei 7.347/85 dispõe em seu art. 5º, § 6º, que "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo extrajudicial";

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 disciplina as condutas caracterizadoras de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito (art. 9º), que causam dano ao erário (art. 10) e que atentam contra os princípios norteadores da atividade administrativa (art. 11);

**CONSIDERANDO** que, no Inquérito Civil n. **06.2019.00001330-3** evidenciou-se que o COMPROMISSÁRIO, valendo-se da condição de agente penitenciário, patrocinou causas particulares, notadamente promover e facilitar que seus familiares atuassem como fornecedores de mantimentos para detentos da unidade;

**CONSIDERANDO** que em razão da sua conduta o COMPROMISSÁRIO infringiu os princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade, o que pode caracterizar o ato ímprobo descrito no artigo 11, *caput*, e inciso I, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que o COMPROMISSÁRIO, representado por seu Advogado, manifestou expresso interesse em solucionar o caso por meio

consensual;

**CONSIDERANDO** que, com a celebração do presente **Acordo de Não Persecução Cível**, todos os fins da Lei de Improbidade Administrativa serão atingidos, notadamente a proteção dos princípios administrativos que regem a Lei de Improbidade Administrativa;

### **RESOLVEM**

Firmar o presente ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL, nos seguintes termos:

#### **1 - DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** O presente **Acordo de Não Persecução Cível** tem por objeto o fato subsumido à hipótese típica prevista no artigo 11, *caput*, e inciso I, da Lei n. 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em razão de o COMPROMISSÁRIO, valendo-se da condição de agente penitenciário, patrocinou causas particulares, notadamente promover e facilitar que seus familiares atuassem como fornecedores de mantimentos para detentos da unidade;

#### **2 - DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COMPROMISSÁRIO:**

##### **2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:**

**Cláusula 2ª:** O COMPROMISSÁRIO assume a OBRIGAÇÃO DE FAZER consistente no pagamento do valor referente a 4 vezes o valor da remuneração líquida por ele percebida (R\$ 9.500,00), a título de multa civil, o que equivale a R\$ 38.000,00, a ser revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA, mediante pagamento de boletos a serem fornecido por esta 2ª Promotoria de Justiça de Curitibaanos;

§1º - O valor descrito no *caput* da presente cláusula será recolhido em 38 vezes, sendo a primeira parcela com vencimento em 31/1/2021; a segunda em 5/3/2021, e as demais com vencimento todo dia 5 de cada mês.

§2º - Em até 5 (cinco) dias úteis após a data limite para depósito do valor ajustado, o COMPROMISSÁRIO obriga-se a encaminhar a esta Promotoria de

Justiça a comprovação documental do pagamento.

§3º - Sem prejuízo da execução do presente título, o pagamento extemporâneo das parcelas acima pactuadas estará sujeito além da correção monetária pelos índices oficiais da CGJ/SC também à incidência de juros de mora de 1% (um) ao mês.

## **2.2 DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER:**

**Cláusula 3ª:** O COMPROMISSÁRIO se compromete a não participar, salvo nos casos expressamente autorizados em Lei, do fornecimento de mantimentos para detentos da Penitenciária Regional de Curitibaanos.

## **3 - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**Cláusula 4ª:** O COMPROMISSÁRIO se compromete a:

§1º - comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail; e

§2º - quando for o caso, por iniciativa própria e de forma antecipada e documentada, apresentar eventual justificativa para o não cumprimento dos prazos, para análise quanto a possível prorrogação.

## **4 - DAS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO:**

**Cláusula 5ª:** O descumprimento de quaisquer das obrigações (principais ou acessórias) resultará, se for o caso, no prosseguimento do Inquérito Civil e no ajuizamento da respectiva Ação de Improbidade Administrativa, sem prejuízo do pagamento das multas previstas pelo descumprimento das cláusulas ajustadas no presente instrumento e da execução específica das obrigações assumidas, conforme seja viável, constituindo o presente instrumento Título Executivo Extrajudicial, na forma do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

**Cláusula 6ª:** Para o caso de descumprimento das obrigações previstas nas Cláusulas 2ª e 3ª, sem prejuízo da cláusula anterior, fica ajustada a MULTA PESSOAL ao COMPROMISSÁRIO, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais),

por dia de atraso, até o limite de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), que será devida independentemente de notificação, passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA;

**Cláusula 7ª:** O descumprimento das cláusulas 2ª e 3ª, sem prejuízo da cláusula 6ª, sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de cláusula penal fixada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

## **5 – DA PRESCRIÇÃO**

**Cláusula 8ª:** Os signatários do presente acordo reconhecem expressamente que a ação civil de protesto constitui instrumento hábil à interrupção do prazo prescricional, sendo possível, portanto, se for o caso, a interrupção da prescrição pelo protesto judicial (art. 202, II, do CC, c/c art. 726, § 2º, do CPC)<sup>1</sup>.

## **6 - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 9ª:** O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a, durante o prazo para o cumprimento do acordo, não ajuizar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente acordo contra o COMPROMISSÁRIO, bem como, em caso de cumprimento integral do acordo, obriga-se a arquivar definitivamente qualquer procedimento relacionado ao acordo em relação aos COMPROMISSÁRIO, ressalvadas eventuais responsabilidades administrativas e penais não albergadas pelo presente Acordo e a superveniência de novas provas que possam enquadrar o réu em conduta ímproba mais grave.

## **7 - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:**

**Cláusula 10ª:** Para fins do disposto no art. 17, § 1º, da Lei n. 8.429/92, o COMPROMISSÁRIO aceita o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento em três vias de igual forma, teor e valor jurídico.

<sup>1</sup> Sobre a interrupção da prescrição em improbidade administrativa pelo protesto, por exemplo: STJ, decisão monocrática no REsp nº 1.522.694/RN, Min. Francisco Falcão.

**8 - DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO:**

**Cláusula 11ª:** Para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o órgão ministerial abaixo nominado submeterá o presente acordo ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

[assinado digitalmente]

JOÃO PAULO BIANCHI BEAL

Promotor de Justiça

SIDNEI LUNELLE DE CAMPOS

Compromissário

FÁBIO BROCARDI

Advogado – OAB/SC 23.402